

Terceiro Setor - Uma das alternativas para o problema do desemprego

Alexandre Jorge Gaia Cardoso¹

Resumo

Este artigo busca refletir sobre a problemática do desemprego, apresentando uma análise sobre as possíveis alternativas para seu combate, enfatizando o Terceiro Setor como uma das saídas para a solução do problema.

Palavras-chave: *Terceiro Setor, filantropia, ONGs, empregabilidade.*

Abstract

This article aims at to reflect on problematic of the unemployment presenting an analysis on the possible alternatives for its combat emphasizing the third sector as one of the outputs for the solution of the problem.

Keywords: *Third Setor, philanthropy, NGOs, employability.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Encontrar uma alternativa para a crescente redução do trabalho formal na economia de mercado é uma tarefa crítica, que tem entrado na pauta de discussão dos governantes de diversos países, principalmente, os considerados “emergentes”.

Ao contrário da economia de mercado, que se baseia na produtividade, e que, por isso, é mais receptiva à substituição do trabalho humano por máquinas, o Terceiro Setor baseia-se nas pessoas, pois valoriza as relações humanas. Talvez esteja aí o futuro, num mundo cada vez mais dominado por novas tecnologias, crescente redução da mão-de-obra nas empresas, financeirização do capital e crescente diminuição do poder local dos governos, além do aumento da fome e da pobreza em escala mundial.

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Administração da PUC-SP.

Segundo relatório do Banco Mundial, a quantidade de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,00 por dia passou de 1,2 bilhão, em 1987, para 1,5 bilhão hoje. Ainda segundo o relatório, a América Latina está entre as regiões onde a pobreza mais cresce (Schwartz, 1999, p. 1). Assim, o Terceiro Setor poderia ser uma alternativa, tanto para os desempregados como para aquelas pessoas que desejam realizar algum tipo de trabalho comunitário visando contribuir de forma mais acentuada e menos desinteressada no combate a esses problemas sociais.

Por isso, o objetivo deste artigo é situar o leitor quanto ao problema do desemprego, que atinge de maneira mais acentuada os países emergentes. Levantaremos, também, algumas questões pertinentes ao Terceiro Setor como: o que é, como surgiu, a sua relação com filantropia, configuração atual e a sua contribuição para o aumento da empregabilidade.

O QUE É TERCEIRO SETOR ?

Existem inúmeras organizações que não podem ser classificadas como pertencentes nem ao Estado nem ao mercado, 1º e 2º setor respectivamente. Levando-se em conta esse fato, nota-se que estão surgindo novas realidades para suprir as deficiências do Estado na solução de problemas sociais da população. Essa nova realidade faz parte de um setor que não visa o lucro, depende fundamentalmente da doação das pessoas, mas, também, do governo e da iniciativa privada para desenvolver suas atividades.

Segundo Francisco Paulo de Melo e César Froes

a definição de Terceiro Setor surgiu já na primeira metade do século, nos Estados Unidos. Ele seria uma mistura dos dois setores econômicos clássicos da sociedade: o público, representado pelo Estado, e o privado, representado pelo empresariado em geral. (p. 5)

Rubem César Fernandes, em seu livro *Privado porém público*, afirma que o Terceiro Setor deve buscar "interações positivas" com o Estado quanto ao financiamento de suas atividades. Os recursos também podem se originar de outras fontes como: organismos oficiais, organismos privados internacionais, fundações nacionais e internacionais, empresas e bancos nacionais e estrangeiros e doações de pessoas físicas. É importante, também, lembrar que vem crescendo de modo acentuado

a participação do autofinanciamento, ou seja, da geração própria de recursos, proveniente de venda de produtos e serviços dessas entidades sem fins lucrativos. Apesar de serem, aparentemente contraditório com o que prega o Terceiro Setor, esses recursos arrecadados são empregados na própria manutenção das entidades, e não, ao contrário da lógica de mercado, na distribuição de lucros aos sócios e colaboradores.

Vários são os termos utilizados para caracterizar esse espaço, que não é Estado nem mercado, e cujas ações visam o interesse público: entidades sem fins lucrativos, filantrópicas, voluntárias, organizações não-governamentais, fundações, associações, etc. Porém, toda essa nova realidade é o que se convencionou chamar de Terceiro Setor.

Segundo Ruth Cardoso:

Hoje, estamos ainda na etapa de afirmação de uma novidade, o que implica enfatizar sua autonomia e relevância. No Brasil, como de resto, em toda América Latina, o Terceiro Setor existe, está em processo de fortalecimento e tem um papel insubstituível na mobilização de recursos humanos e materiais para o enfrentamento de desafios como o combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social. (1997, pp. 8-9)

Ainda segundo a autora, esse setor pode se diferenciar de tal forma que, no futuro, essa designação usada para caracterizá-lo já não sirva como conceito unificador e identificador.

Uma outra definição é apontada por Jeremy Rifkin, que diz:

O Terceiro Setor, também conhecido como setor independente ou voluntário, é o domínio no qual padrões de referência dão lugar a relações comunitárias, em que doar do próprio tempo a outros toma o lugar de relações de mercado impostas artificialmente, baseadas em vender-se a si mesmo ou seus serviços a outros" (1995, p. 263).

Rifkin chama atenção para o trabalho voluntário e a possibilidade de trabalho nesse setor, além das ações com ele envolvidas. Para Rifkin, a tendência de diminuição da contratação da mão-de-obra pela iniciativa privada levaria o Terceiro Setor a ser uma importante opção, pois romperia com a lógica do lucro, objetivo tão arduamente perseguido pelo empresariado.

Peter Drucker destaca a importância do Terceiro Setor para a formação pessoal dos indivíduos em relação à conscientização para a ajuda ao próximo e para o aumento do bem-estar da população.

Para Maria Célia Prates Rodrigues, Terceiro Setor, resumidamente, são organizações privadas sem fins lucrativos voltadas para a produção de bens ou para serviços públicos, ou seja, sem ter como finalidade o lucro.

Podemos perceber nos vários autores citados que a idéia de Terceiro Setor vem sendo utilizada em contraposição ao primeiro setor, caracterizado pelo Estado e ao segundo setor, formado pela iniciativa privada. Talvez seja uma definição simplista e vaga demais para abranger um assunto tão complexo. Entretanto, fica clara a importância atribuída pelos autores à necessidade de se repensar e realizar novas formas de organização mais eficientes e que busquem a valorização das relações humanas para combater os problemas sociais.

Entender o Terceiro Setor é tarefa das mais complexas, já que estão envolvidos interesses e agentes muito diversos. Frequentemente, no decorrer das questões como: A profissionalização, tão necessária ao crescimento e amadurecimento desse setor, não traz o risco da lógica de mercado para dentro desse setor, incentivando a competição entre as entidades para a captação de recursos, por exemplo? Até que ponto isso é benéfico ou prejudicial? E as entidades, devem manter somente voluntários trabalhando ou devem também buscar contratar profissionais para ajudarem na realização de suas atividades? Ou devem ter voluntários e funcionários trabalhando juntos? Isso não poderá trazer conflitos para essas entidades? Antes de discutirmos o Terceiro Setor como uma opção ao desemprego é necessário debater essas e outras questões para não incorrerem no erro de utilizarmos o discurso do Terceiro Setor como meio para manipulações políticas ou ideológicas.

Para entendermos um pouco mais sobre o Terceiro Setor, faremos um breve relato de como ele surgiu, em especial no Brasil, mostrando que, cada vez mais, vem adquirindo importância, principalmente com o fim do Estado do bem-estar social.

SURGIMENTO

Há uma visão mais ou menos consensual de que o surgimento do Terceiro Setor está associado à crise do Estado do bem-estar social. Até então, prevalecia a visão: privado x público. No início do século XX, o Estado do bem-estar social passou a assumir um papel estratégico, intervindo diretamente na área econômica e social, através de seu aparato burocrático.

A partir dos anos 70, esse Estado entra em crise em virtude de sua estrutura cada vez mais inchada, lenta e ineficiente, incompatível com o modelo econômico de produção mais dinâmico que se apresentava e que se instalava em nível mundial. Nessa época assiste-se a transformação daquele Estado (social-burocrático) para o Estado social-liberal, mais afinado com a nova ordem econômica dominante. No Brasil, essa transformação só se deflagrou a partir dos anos 90. Nesse novo modelo, cidadania e participação são essenciais, no sentido de formar parcerias entre o Estado e a sociedade para promover o bem-comum.

Sob essa ótica, o Terceiro Setor está associado à incapacidade demonstrada pelo Estado, de modo mais acentuado dos países emergentes, em cumprir de modo eficiente suas funções sociais básicas, como habitação, saúde, educação, transporte, lazer e alimentação.

Para Maria Cecília Prates Rodrigues, foi a partir dos anos 90 que o Terceiro Setor começa a se distinguir dos setores público e privado. Desde a colonização até meados do século XX, a prestação direta de serviços sociais e assistenciais era predominantemente exercida pela igreja. Na saúde, foram fundadas as Santas Casas de Misericórdia e, na educação, os colégios católicos. Assim, relata a autora, as associações voluntárias existiam nessa época no espaço da igreja, permeados pelos valores da caridade cristã.

Com o advento do Estado centralizador, na época de 30, com o governo populista de Getúlio Vargas, o Estado toma para si a função assistencial e às organizações sem fins lucrativos é atribuído o papel de colaboração com a política pública, papel esse que se torna de certa forma legitimado, tanto que em 1935 foi promulgada a lei declarando de utilidade pública essas entidades. Nos anos 70, o autoritarismo impôs às entidades filantrópicas que ficassem restritas aos problemas locais, associados a organizações comunitárias, já que houve a extinção dos sindicatos, associações estudantis, partidos políticos e outros canais de expressão.

A partir dos anos 80, com a redemocratização do país e a falência do Estado do bem-estar social nos anos 90, o Terceiro Setor ganha importância quantitativa e qualitativa, uma vez que o número de entidades cresce substancialmente, além da melhoria na qualidade dos serviços prestados.

TERCEIRO SETOR E FILANTROPIA

Apesar da importância que tem adquirido o Terceiro Setor, não podemos dizer que ele seja um fenômeno recente. Ao contrário, é bastante antigo. Na América Latina, e particularmente no Brasil, a noção de filantropia esteve sempre muito associada à religião e à caridade, desde a época da colonização.

Há que se reconhecer, todavia, que nos últimos 30 anos, o fenômeno da filantropia vem se acelerando e ganhando cada vez mais espaço na mídia e no meio empresarial em escala global. Conforme constata uma pesquisa feita pela empresa de consultoria Kanitz e Associados, estima-se que é de R\$ 1,728 bilhão o total de investimentos feito pelas 400 maiores entidades filantrópicas do Brasil em projetos sociais (Lippi, 1999, p. A-7), deixando, assim, de ser uma prática restrita somente àquelas senhoras de bom coração dispostas a fazer caridade. Exemplificando, Lester Salamon cita que, na França, foram criadas mais de 54 mil associações no setor não-lucrativo, somente em 1987. Já a arrecadação das organizações filantrópicas britânicas cresceu 221% entre 1980 e 1986. Percebemos, claramente, a importância que vem ganhando o Terceiro Setor com o aumento dessas organizações filantrópicas em escala mundial.

Segundo Jeremy Rifkin, o crescimento dessas organizações se dá porque as pessoas não querem mais esperar pelas "grandes soluções" do Estado para resolver os problemas sociais e, muito menos, depender somente da "boa vontade" dos empresários. Assim, essas pessoas passam a se organizar em torno dessas associações para combater tais problemas, tanto em nível local quanto em nível global.

Isso quer dizer, que, cada vez mais pessoas estão vendo no Terceiro Setor uma forma de exercer seu poder de cidadão, ajudando a resolver problemas sociais que atingem a comunidade além de uma grande perspectiva de emprego. Há no Brasil, 1,2 milhão de pessoas trabalhando com remuneração nesse setor e apenas 333 mil voluntários². Segundo Maria Cecília Prates Rodrigues, no Reino Unido as organizações voluntárias tem uma receita de 4% do PIB e envolvem, de alguma forma, 39% da população do país. Na França, o emprego no Terceiro Setor cresceu ultimamente de tal forma que já é responsável por 6% do emprego total, enquanto vem se reduzindo os empregos voltados para o mercado. Na Alemanha, o setor sem fins lucrativos contribui em quase 2% para o PIB do país e emprega mais pessoas que o setor agrícola. (1997, p. 43)

² "Atividade voluntária é 8ª no ranking das maiores economias do mundo". Folhatrainee Especial, 18/09/99, p. 3

Nesse sentido, Ladislau Dowbor afirma que “à medida que as atividades produtivas irão reduzindo as suas necessidades em mão-de-obra, os serviços comunitários poderão assumir um papel muito importante e diretamente vinculado à melhoria da qualidade de vida local” (1998, p. 74). Segundo o mesmo autor “esperar que aumentem a oferta de empregos no setor privado ou na máquina do Estado não é realista frente as tendências atuais nos dois setores”. (1998 p. 78)

CONFIGURAÇÃO ATUAL DO TERCEIRO SETOR

Se fosse considerado uma economia independente, o Terceiro Setor ocuparia a oitava posição no *ranking* das maiores do planeta. As entidades beneficentes movimentaram US\$ 1,08 trilhão no mundo em 1995. Isso sem contar as instituições filantrópicas religiosas³.

Só no Brasil o setor voluntário movimentou R\$ 10,9 bilhões, o equivalente a 1,5% do PIB. Valor superior ao faturamento de uma das maiores empresas privadas no país, a Volkswagen, que foi, em 1995, de R\$ 7 bilhões (*idem*). Porém, essa quantia ainda é considerada pequena, se comparada a outros países como Estados Unidos, por exemplo.

Segundo pesquisa realizada pela Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, coordenada no Brasil pela professora Leilah Landim, do Iser (Instituto de Estudos da Religião) do Rio de Janeiro, o setor filantrópico no Brasil apresentou um crescimento de 44,38%, entre 1991 e 1995. Maior do que o crescimento da economia brasileira, que foi de 19,86% no mesmo período (*idem*).

Segundo Francisco Paulo de Melo e César Froes, algumas causas para esse crescimento são:

- Crescimento das necessidades socioeconômicas decorrentes do crescimento populacional e dos problemas sociais atrelados ao capitalismo;
- Crise mundial do setor público, com escassez de recursos, aumento da corrupção e má gestão, gerando déficits cada vez maiores das contas públicas;
- Fracasso das políticas públicas tradicionais, ou seja, não conseguem cumprir seu papel redistributivo, com predomínio das velhas práticas políticas (grandes soluções) e assistencialismo do Estado, como, por exemplo, frentes de trabalho ou distribuição de cestas básicas;

³ “Atividade voluntária é 8ª no ranking das maiores economias do mundo”. Folhatraínee Especial,

- Crescimento dos serviços voluntários, atraindo cada vez mais um número maior de pessoas que desejam exercer seus direitos de cidadão;
- Maior apoio da mídia publicando reportagens, pesquisas artigos, entrevistas sobre atividades sociais;
- Maior participação das empresa, que vêem a oportunidade de melhorar sua imagem e, com isso, obter mais lucro;
- Aumento da degradação ambiental. Cada vez mais as pessoas se conscientizam de que não é possível obter desenvolvimento sustentável sem preservar o meio-ambiente.

Outro dado que chama atenção sobre o Terceiro Setor no Brasil é a má distribuição do trabalho voluntário. Como mostra pesquisa do Instituto Kanitz e Associados, 69% das instituições de voluntários estão concentradas no Sudeste e apenas 3% no Norte 4,7% no Centro-Oeste 13% no Nordeste e 8,7% no Sul⁴. Veja-se que as regiões mais carentes e que, pela lógica, precisariam de mais incentivo a esse tipo de trabalho são as que menos têm, de acordo com a pesquisa.

A socióloga Ana Maria Schindler relaciona a concentração de voluntários à da renda. Em sua opinião, a disponibilidade das pessoas para o trabalho voluntário depende da situação econômica. Para Schindler, a região Sudeste é favorecida por uma extensa rede de comunicações, que facilita a mobilização de voluntários em campanhas, o que ocorre com maior dificuldade nas outras regiões. Ainda segundo a reportagem, as empresas poderiam ajudar a transformar esse quadro distribuindo melhor os recursos destinados à ação social (Santos, 1999, p. 7).

A mensuração do Terceiro Setor ainda é bastante incipiente, pois a definição e as terminologias empregadas para caracterizar esse setor não são muito claras e nem estão suficientemente consolidadas. Apesar de recentemente ter sido aprovado o marco legal do Terceiro Setor, muitas questões ainda estão confusas e requerem de muita discussão. Por exemplo, muitas das escolas privadas de primeiro e segundo graus são registradas como sem fins lucrativos, ou seja, está ficando clara a distinção dessas escolas das outras, que possuem fins lucrativos. Porém, no Brasil, os estabelecimentos privados de educação superior são legalmente entidades sem fins lucrativos. Recentemente, houve briga entre essas entidades e o governo, sobre a revogação da isenção desses estabelecimentos, considerados sem fins lucrativos. Isso

18/09/99, p. 3

⁴ www.voluntarios.com.br

mostra, claramente, que ainda será necessária muita discussão sobre o que pode ou deve ser caracterizado como entidades sem fins lucrativos, e que seriam classificadas como pertencentes ao Terceiro Setor, e entidades que não têm essa finalidade.

Nesse discussão, o governo tenta estabelecer uma legislação para delimitar essas atividades. Por exemplo, antes da regulamentação, em fevereiro de 1998, o voluntário podia reivindicar que, pelo seu trabalho, fossem pagos benefícios como o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Agora, a lei estabelece que o serviço voluntário não gera nenhum tipo de vínculo empregatício entre o cidadão e a entidade para a qual ele trabalha.

Trabalho voluntário, de acordo com a legislação, é aquele não-remunerado e realizado em uma entidade pública de qualquer natureza ou em uma instituição privada sem fins lucrativos, que atue em áreas como educação, cultura ou assistência social.

Além disso, entrou em vigor, em março de 1999, a lei que regulamenta as atividades das entidades filantrópicas no país. Essa lei restringe o conceito de entidade filantrópica e reserva apenas para alguns tipos de instituições o direito de firmar parcerias com o Estado, ou seja, acaba limitando o acesso a recursos públicos.

Segundo essa regulamentação, sindicatos, instituições religiosas, empresas que comercializam planos de saúde, escolas e hospitais privados e não gratuitos estão impedidos de desenvolver projetos em parceria com o Estado.

O principal objetivo dessa lei é regulamentar a relação entre os setores público e privado. Mas achar que só a legislação trará melhorias no funcionamento dessas entidades é ilusão, até porque a criação de muitas fundações, instituições, Ong's, etc. é, muita das vezes, uma forma encontrada pelo poder público e pela iniciativa privada de escaparem a obrigações legais: por exemplo, pagamento de impostos. Ainda há muita controvérsia e discussão a esse respeito, porém, estando ou não de acordo com a nova lei, todas as entidades sem fins lucrativos que realizam atividades comerciais - como venda de camisetas e outros produtos - são obrigadas a recolher impostos como o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), o que pode comprometer seriamente a existência das entidades pequenas, que vêm na venda de produtos e serviços e na isenção no pagamento de tributos uma forma de se auto-sustentabilidade.

O CRESCIMENTO DA EMPREGABILIDADE NO TERCEIRO SETOR

A pesquisa da Universidade Johns Hopkins mostra o Terceiro Setor como uma área em franco crescimento, sendo uma de suas características o emprego de pessoas. Segundo dados dessa pesquisa, em oito países (EUA, Suécia, França, Alemanha, Hungria, Japão, Grã-Bretânia e Itália), o Terceiro Setor é responsável por 4,5% dos ocupados, o que representa cerca de 119 milhões de trabalhadores. Em 1995, o setor já empregava 18,8 milhões de pessoas, o equivalente a 30% dos postos de trabalho do setor público, 9,2% do setor de serviços e 5% de todos os empregos do mundo⁵

No Brasil, a pesquisa indica que o número de trabalhadores remunerados no Terceiro Setor cresceu 44,38%, entre 1991 e 1995, saltando de 775,3 mil para 1,12 milhão. O número de pessoas ocupadas no Terceiro Setor ultrapassou o índice de emprego no setor de serviços, que cresceu 30,9%, passando de 10 milhões, em 1991, para 13,1 milhões em 1995⁶

A maioria (81%) da mão-de-obra ligada ao Terceiro Setor nacional se distribui em quatro áreas de atividade: educação (34%), saúde (16,4%), cultura e recreação (15,6%) e assistência social (15,1%)⁷. Talvez, uma explicação bastante razoável para o predomínio do trabalho voluntário na área de educação seja a necessidade de melhoria da qualificação da mão-de-obra. As empresas têm particular interesse e, por isso, incentivam e apóiam investimentos nessa área.

Segundo Luiz Carlos Meregé, “O setor tem oferecido cada vez mais vagas. A filantropia demanda uma mão-de-obra intensiva. Não dá pra introduzir tecnologias modernas que substituam o trabalho humano no trato com as pessoas”⁸.

O fato é que, com o crescimento das organizações sem fins lucrativos, a possibilidade de emprego nessas organizações também aumenta, surgindo oportunidades para diversas categorias de profissionais.

⁵ Caride, Daniela. “Mais trabalho em benefício público”, relatório Gazeta Mercantil, dossiê terceiro setor, 27/11/98, p. 1.

⁶ “Atividade voluntária é 8ª no ranking das maiores economias do mundo”. Folhatraínee Especial, 18/09/99, p. 3.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

Segundo Bel Moherdavi, as entidades beneficentes valorizam cada vez mais as pessoas que utilizam sua especialização profissional no trabalho voluntário e que levem essa atuação a sério - até com dias e horários fixos para a doação⁹.

Assim, a entidade conseguiria obter mais eficiência nas suas atividades, pois o voluntário estaria trabalhando com o que gosta e sabe fazer, aumentando também a sua satisfação pessoal, pois estará ajudando pessoas carentes.

Nesse sentido, Mário Aquino Alves diz que é muito melhor ter um voluntário atuando na sua área do que aquele “faz tudo”, evitando, também, com isso, a alta rotatividade, pois na medida em que o voluntário realiza o que gosta, envolve-se mais e colabora mais tempo, tendo grandes chances até de ser contratado pela instituição¹⁰.

Observa-se, também, que está havendo uma cobrança cada vez maior das entidades, no sentido de comprometimento dos voluntários para estabelecerem uma rotina e cumpri-la, mostrando que essas instituições buscam cada vez mais a profissionalização, uma vez que precisam dela para sobreviver.

Para melhorar seu grau de profissionalização, aumentando a transparência de suas atividades, as instituições também estão competindo com outros setores por pessoas de qualidade, valorizando cada vez mais profissionais do mercado e que tenham experiência em gestão. Um outro motivo para a procura de profissionais qualificados é que essas pessoas teriam contatos no mercado que poderiam facilitar a realização de parcerias. Assim, as áreas mais requisitadas são: administração geral, captação de recursos, controle financeiro, *marketing*, orientação jurídica (em organizações menores costuma ser terceirizado), recrutamento de voluntários e gerência de projetos¹¹.

Dependendo do tipo de organização, as necessidades relacionadas a profissionais variam. Por exemplo, em entidades que estejam relacionadas a atendimento de doentes, serão necessários médicos e enfermeiros ou outros profissionais ligados à área; já em entidades que desenvolvem trabalhos de proteção ambiental, a busca seria por biólogos, engenheiros florestais, etc., e assim por diante. Porém, até mesmo indivíduos com uma experiência limitada, mas que demonstrem

⁹ “Procura-se doador de trabalho especializado”. Folhatraínee Especial, p. 4, 18/09/99.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

fortes habilidades de comunicação e organização terão grandes possibilidades de sucesso nessas organizações.

No Terceiro Setor, há possibilidades de trabalho que variam tanto para profissionais qualificados como para profissionais com menor qualificação, como faxineiros e atendentes.

Outro ponto que merece destaque no Terceiro Setor é a remuneração. Segundo David Alberto Beker Jordan, embora o salário desses profissionais tendam a crescer no mundo, ainda são cerca de 15% a 25% mais baixos que os da iniciativa privada. Apesar de não haver dados concretos no Brasil, sabe-se que as fundações e os institutos, principalmente os ligados a empresas, pagam mais que as Ong's, afirma Rebeca Raposo do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas)¹².

Ainda, segundo o estudo, há uma relação direta entre educação e salário. Isso mostra a necessidade das pessoas melhorarem sua qualificação, no intuito de conseguirem melhores salários. Por isso, as universidades vêm cada vez mais investindo nessa área, porém é preciso ter um certo cuidado, pois as universidades, no intuito de conseguir um bom dinheiro com esse discurso de Terceiro Setor, reforçam o discurso de que essas entidades precisam melhorar sua profissionalização e de seus voluntários e, com isso, passam a oferecer cursos com a função de capacitar gestores para essas organizações.

Na verdade, tanto as universidades, como a iniciativa privada e o governo vêm no Terceiro Setor uma oportunidade de conseguir benefícios. A universidade com seus cursos de capacitação, aos profissionais da iniciativa privada, que vêm nesse setor um nicho de mercado onde o social é encarado como *business*, e o Estado, que vê uma forma de se isentar das suas responsabilidades perante a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo encontra-se envolvidos em um grande desafio, consolidar o Terceiro Setor na nova ordem mundial que emerge. Essas organizações sem fins lucrativos possuem um importante papel tanto na área política como na econômica e, sobretudo, na área social. Importante porque passam a desenvolver projetos sociais que contribuem para resolver problemas básicos da comunidade, como educação, saúde, alimentação, etc. que o Estado, seja pela burocracia, seja pela falta de melhor distribuição dos recursos não consegue resolver. Fundamentalmente, essas organizações representam uma chance de melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Ao mesmo tempo que contribuem para melhoria de problemas sociais básicos da comunidade, essas organizações também podem constituir um setor capaz de gerar emprego, renda e principalmente qualidade de vida; isso porque esse tipo de trabalho precisa fundamentalmente de pessoas, que jamais poderão ser substituídas por máquinas, e que gostem do trabalho que realizam. Aliás, uma das principais características do Terceiro Setor é que elas têm vontade de ajudar, o que traz enorme satisfação pessoal e auto-estima para essas pessoas.

Nesse setor, a competição entre as pessoas cede lugar à cooperação e ao trabalho em equipe, ou seja, todos trabalham juntos em prol de um objetivo maior: ajudar as pessoas.

¹² “Entidades beneficentes buscam profissionalização”. Folhatrainee Especial, p.5, 18/09/99

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARIDE, Daniela (1998). "Mais trabalho em benefício público", *Gazeta Mercantil*, 27 de novembro.
- DOWBOR, Ladislau (1998). *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. São Paulo, Vozes.
- DRUCKER, Peter Ferdinand (1996). *Administrando em tempos de grandes mudanças*. São Paulo, Pioneira.
- FERNANDES, Rubem César (1994). *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- IOSCHPE, Evelyn Berg (org.) (1997). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- JORDAN, David Alberto Beker (1998). "A carreira do administrador em organizações do Terceiro Setor". São Paulo, *Cadernos do III Setor*, n. 3, out.
- LIPPI, Roberta (1999). "Terceiro Setor espera retomar crescimento", *Gazeta Mercantil*, 18 de maio.
- MELO NETO, Francisco Paulo de e FROES, César (1999). *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do Terceiro Setor*. Ed. Qualitymark, Rio de Janeiro.
- RIFKIN, Jeremy (1995). *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo, Makron Books,.
- RODRIGUES, Maria Cecília Prates (1997). "Terceiro Setor: pra que serve?" Rio de Janeiro, *Revista Conjuntura Econômica*, jan.
- SANTOS, Rui da Silva (1999). "Assistência voluntária é concentrada no Centro-Sul", *Folhatraínee Especial, Folha de S. Paulo*, 18 de setembro.
- SCHWARTZ, Gilson (1999). "Abertura não reduz pobreza, diz Bird", *Folha de S. Paulo*, 16 de setembro.

